

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O ano de 2021, iniciou-se com um novo confinamento geral obrigatório, o qual se manteve durante todo o primeiro trimestre, só sendo possível a retoma parcial da atividade na primeira semana de Abril.

Os impactos económicos, sociais e financeiros sentidos a nível macro económico trouxeram consequências no desenvolvimento das atividades das organizações, das empresas e de toda a economia em geral e naturalmente da Fundação.

Não obstante o referido anteriormente, e dentro do que foi possível face às alternantes e imprevisíveis medidas que foram sendo publicadas pelo Governo e pela DGS, as quais foram tomadas em função da evolução da pandemia, a Fundação conseguiu a partir de Abril cumprir a maior parte das atividades previstas no Plano de Atividades.

A importância das atividades desenvolvidas ao longo do ano e a grande recetividade que as mesmas tiveram junto da população são, para o Conselho Fiscal, a prova evidente de que esta veio suprir as carências necessárias nos vários vetores da nossa sociedade onde a Fundação intervém.

Analisando o Relatório de Atividades de 2021 e Orçamento para o Ano de 2022, conclui o Conselho Fiscal que todas as atividades previstas se inserem no escopo das atribuições da Fundação e destinam-se a prosseguir os seus fins, assim como que as verbas orçamentadas, a título de despesa, são as indispensáveis e fundamentais para a prossecução das atividades propostas e regular funcionamento da Fundação.

Assim, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que o Relatório de Atividades e Orçamento para o Ano de 2022 deve ser aprovado.

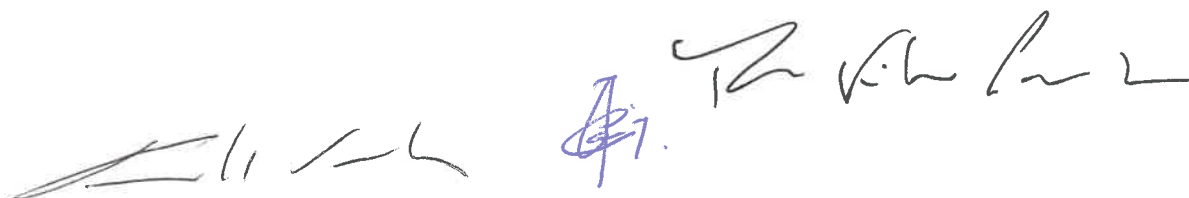
Santiago do Cacém, 21 de Março de 2022

O CONSELHO FISCAL

João Carlos L. D. Santos Guerreiro

Francisco Miguel C. B. Lobo de Vasconcellos

Maria Filomena P. C. Peres Martins

Handwritten signatures of the Council members in blue ink. There are three distinct signatures: one on the left, one in the middle, and one on the right.